

# EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)  
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos  
2001

2.ª FASE

## PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

---

Leia atentamente as instruções:

- Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões:
  - **GRUPO I** – 3 (três) questões;
  - **GRUPO II** – 1 (uma) questão.
- A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.
- A inadequação das suas respostas às questões formuladas implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/1

---

### GRUPO I

- Seleccione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1 e 2 deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3 deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

## TEXTO

AGOSTINHO – (...) Se considerarmos isto mais cuidadosamente, talvez não encontres nada que se aprenda pelos seus sinais. Com efeito, quando me é dado um sinal, se ele me encontra ignorante da coisa de que é sinal, nada me pode ensinar; e se me encontra sabedor, que aprendo eu por meio do sinal?

Assim, quando leio – «as suas *sarabalas* não foram alteradas» (*Daniel*, 3, 34), esta palavra não me mostra a coisa que significa. Efectivamente, se por este termo se denominam certas coberturas da cabeça, acaso tendo-o eu ouvido aprendi o que é a cabeça, ou o que são coberturas? Conhecia já antes essas coisas, e o conhecimento delas adveio-me não quando foram denominadas por outros, mas ao serem vistas por mim. Na verdade, quando estas três sílabas, que pronunciamos ao dizer -cabeça, percutiram pela primeira vez os meus ouvidos, desconhecia tanto o que elas significavam, como quando ouvi ou li pela primeira vez -sarabalas. Mas como se dizia muitas vezes -cabeça, eu notando e advertindo quando se dizia, descobri ser o vocábulo de uma coisa que já me era conhecidíssima pela vista. Antes de o ter descoberto, esta palavra era apenas um som para mim; aprendi que era um sinal, quando descobri de que realidade era sinal. Essa realidade, como já disse, tinha-a eu aprendido não por meio de sinal, mas pela visão. E assim, mais se aprende o sinal por meio da realidade conhecida, do que a própria realidade por um sinal dado.

Para entenderes isto mais claramente, imagina que neste momento ouvíamos pela primeira vez dizer -cabeça, e que ignorando se este vocábulo é simplesmente sonante, ou se significa também alguma coisa, perguntávamos o que vinha a ser -cabeça. Lembra-te de que não é da coisa que se significa, mas do mesmo sinal que pretendemos ter conhecimento; estamos privados deste conhecimento, evidentemente, por todo o tempo que ignoramos de que coisa é sinal. Se ao fazermos essa pergunta, a coisa mesma nos for mostrada com o dedo, tendo-a visto aprendemos o sinal que tínhamos apenas ouvido, e não havíamos ainda conhecido. Ora havendo dois elementos neste sinal, o som e a significação, o som evidentemente não o percebemos pelo sinal, mas pelo ouvido que ele mesmo faz vibrar; a significação, pela contemplação da coisa mesma que se significa. (...) E é disto sobretudo que eu me esforço por te persuadir, se puder, que por esses sinais chamados palavras, nós não aprendemos nada. Efectivamente, como atrás disse, uma vez conhecida a realidade mesma que se significa, é que nós aprendemos a força da palavra, isto é, a significação escondida no som; bem ao contrário de percebermos essa realidade por meio de tal significação.

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,*  
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 107-109

## QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, a natureza do sinal.
2. Fundamente, recorrendo ao texto, a tese de que pelas palavras não aprendemos nada.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/3

### TEXTO

(...) [Deus] existe tão verdadeiramente, que nem se pode pensar que não exista. Com efeito, pode-se pensar que existe certa realidade, a qual não se possa pensar que não existe. Tal realidade é maior do que outra que se pode pensar que não existe. Consequentemente, se se pode pensar que não existe -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar-, aquilo mesmo, maior do que o qual nada se pode pensar, não é -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar. Ora tais afirmações são incompatíveis. Por conseguinte -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar- existe tão de verdade, que nem se pode pensar que não existe.

E isso és tu, Senhor, nosso Deus. Existes pois tão verdadeiramente, Senhor meu Deus, que nem se pode pensar que não existes. E com razão. Efectivamente, se qualquer espírito pudesse pensar algo mais perfeito que tu, erguer-se-ia a criatura acima do Criador, e seria juiz do Criador, o que é enormemente absurdo. Na verdade, qualquer outro ser, à excepção apenas de ti, pode pensar-se que não existe. E assim, tu és o único que possuis existência dum modo incomparavelmente mais verdadeiro que todos os seres, e por isso dum modo [que é o] máximo entre todos os seres, pois qualquer outro ser não existe assim tão verdadeiramente, e tem portanto menos existência.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*,  
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 138-139

### QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, a argumentação que permite concluir que é impossível pensar-se que Deus não existe.
2. Explícite, recorrendo ao texto, a diferença entre a existência de Deus e a da criatura.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

### TEXTO

Esta determinação ou demarcação, que se verifica na espécie a respeito do género, não se dá por algo existente na essência da espécie, e que de modo nenhum se encontrasse na essência do género. Pelo contrário, tudo o que está na espécie está também, como não-determinado, no género. Com efeito, se o animal não fosse tudo o que é o homem, mas uma parte dele, não seria inditado dele, [isto é, atribuído como predicado] pois nenhuma parte completiva se indita [por identidade] do seu todo.

O modo como isto sucede pode ver-se, se se examina de que maneira difere o termo -corpo, enquanto é afirmado como parte do animal, ou enquanto é afirmado como categoria [lógica]. Efectivamente, ele não pode ser categoria do mesmo modo que é parte completiva. Por conseguinte, o termo -corpo pode ser tomado em sentidos diversos. Na verdade, enquanto está na categoria de substância, o corpo é assim designado porque tem uma natureza tal que nele se podem determinar as três dimensões. Estas três dimensões determinadas formam o corpo que está na categoria de quantidade. Ora sucede, nas coisas da Natureza, que um ser que possui uma perfeição suba também até à perfeição seguinte. É o que se vê no homem, que tem a natureza sensitiva, e para além dela, a intelectual.

De modo semelhante, também acima desta perfeição, que é possuir tal dínase [forma] que nela podem ser determinadas três dimensões, pode outra perfeição vir juntar-se, como a vida, ou algo similar. Pode por conseguinte o termo -corpo significar certa realidade dotada de tal dínase, que desta deriva a possibilidade de serem determinadas nessa realidade três dimensões, mas de maneira exclusiva. Sendo assim, a partir dessa dínase nenhuma perfeição ulterior pode seguir-se, e se alguma outra coisa lhe é acrescentada, tem de estar para além da significação de -corpo, assim concebido. Neste caso, o corpo será parte completiva e material do animal, pois a vitalidade sensitiva estará para além do que é significado pelo termo -corpo, e será sobrevinda ao mesmo corpo. Por esta razão, o animal é constituído desses dois princípios, isto é, da vitalidade e do corpo, como de partes.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*,  
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 208-209

### QUESTÕES

1. Clarifique a tese presente no primeiro parágrafo do texto transcrito.
2. Explique os dois sentidos possíveis do termo «corpo».
3. Integre o extracto no contexto geral da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/5

### TEXTO

9. Considerando, porém, o exercício dos sentidos, intuiremos aí a norma de viver. Porquanto, cada um dos sentidos se exercita em relação ao próprio objecto, evita o que lhe é nocivo e não usurpa o objecto alheio. De modo semelhante, então vive ordenadamente o sentido do coração quando se exerce naquilo para o que foi destinado, lutando contra a negligência; evita o que lhe é nocivo, vencendo a concupiscência; e não usurpa para si o alheio, triunfando da soberba. Pois, toda a desordem provém da negligência, da concupiscência ou da soberba. Ora, vive ordenadamente aquele que vive prudente, temperada e submissamente, de maneira a evitar a negligência no obrar, a concupiscência no apetecer e a soberba no sobressair.

10. Se considerarmos o prazer concomitante ao exercício dos sentidos, intuiremos aí a união de Deus e da alma. Com efeito, todo o sentido procura por tendência natural o objecto sensível que lhe é conveniente, goza quando o acha e reitera a sua posse sem tédio, pois que «o olho não se farta de ver, nem o ouvido se enche de escutar» (*Eclesiastes*, I, 8). Semelhantemente, o sentido do nosso coração deve procurar, com ardor, encontrar com gozo e reiterar incessantemente o que é a mesma beleza, a mesma consonância, a mesma fragrância, a mesma doçura e a mesma suavidade. Eis como a sabedoria divina se encerra ocultamente no conhecimento sensitivo, e quão admirável é a contemplação dos cinco sentidos espirituais segundo a conformidade que têm com os sentidos corporais.

Coimbra, Atlântida, 1970, pp. 31-33

### QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, em que medida no exercício dos sentidos podemos intuir uma significação moral.
2. Explique a relação entre o prazer dos sentidos e a união de Deus e da alma.
3. Esclareça a relevância do extracto no contexto da respectiva obra.

### TEXTO

17 – *Que, quanto mais concebemos a perfeição em uma coisa, tanto mais devemos crer que a sua causa deve ser também mais perfeita*

Demais, quando reflectimos sobre as diversas ideias que estão em nós, fácil é apercebermo-nos de que não existe muita diferença entre si, enquanto as considerarmos simplesmente como as dependências da nossa alma ou do nosso pensamento. Mas casos há que, enquanto uma representa uma coisa, a outra representa uma outra; e mesmo que a sua causa deve ser tanto mais perfeita quanto o que elas representam do seu objecto possui mais perfeição. Porque, assim como, quando nos dizem que alguém pensou em uma máquina em que há muito artifício, temos razão para nos interrogar como pode ter essa ideia: se viu, em algum lado, essa tal máquina construída por um outro, ou se aprendeu bem a ciência das mecânicas, ou se é dotado de uma tal vivacidade de espírito, que por si mesmo haja podido inventá-la sem nada ter visto de semelhante. Porque todo o artifício que está representado na ideia que tem esse homem, tal como em um quadro, deve estar na sua primeira e principal causa, não somente por imitação, mas da mesma maneira, ou de uma forma ainda mais eminente da que foi representada.

18 – *Que pode demonstrar-se mais uma vez por isso que há um Deus*

De igual modo, por encontrarmos em nós a ideia de um Deus ou de um Ser sumamente perfeito, podemos investigar a causa que determina que esta ideia seja em nós. Todavia, depois de ter ponderado, com a devida atenção, quão imensas são as perfeições que tal ideia nos representa, somos constrangidos a confessar que só a poderíamos ter a partir de um ser muito perfeito. Ou seja: de um Deus que é verdadeiramente ou que existe, por isso que, não somente é manifesto, pela luz natural, que o nada não pode estar à volta do que quer que seja, e que o mais perfeito não poderia ser uma continuação ou uma dependência do menos perfeito, mas também por verificarmos, por meio desta mesma luz, que é impossível que tenhamos a ideia ou a imagem do que quer que seja, se não há, em nós ou fora de nós, um original que compreende, com efeito, todas as perfeições que assim se nos representam. Mas como bem sabemos que estamos submetidos a muitas imperfeições, e que não possuímos essa extrema perfeição de que temos a ideia, cumpre-nos concluir que elas estão em alguma natureza diferente da nossa e, na verdade, muito perfeita, isto é, Deus; ou, pelo menos, que outrora participaram de tal coisa e, pelo facto de haverem sido infinitas, ainda o são.

Lisboa, Guimarães Editores, 1989, pp. 66-68

### QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, o princípio de causalidade aplicável às nossas ideias.
2. Explique, recorrendo ao texto, a argumentação que permite concluir que Deus existe.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/7

### TEXTO

(...) o cuidado das almas não pode pertencer ao magistrado civil, porque todo o seu poder reside na coacção. Mas, como a religião verdadeira e salutar consiste na fé interior da alma, sem a qual nada vale diante de Deus, a natureza do entendimento humano é de tal ordem que não pode ser constrangido por nenhuma força exterior. Confisquem-se os bens ou atormente-se o corpo com a prisão e a tortura, isso será em vão se, mediante estes suplicios, quiserdes alterar o juízo do espírito sobre as coisas.

Mas, direis, o magistrado pode servir-se de argumentos para conduzir os heréticos à verdade e os salvar. Seja; mas tem isto em comum com os outros homens: se ensina, se instrui, se corrige mediante argumentos o que erra, faz apenas o que todo o homem de bem deve fazer; não é necessário ao magistrado deixar de ser homem ou cristão. Mas, uma coisa é persuadir, outra mandar; uma coisa é agir com argumentos, outra agir com éditos. Estes derivam do poder civil, aqueles da benevolência humana. Cabe a cada mortal advertir, exortar, denunciar os erros e levar os outros às suas próprias ideias com argumentos; mas é próprio do magistrado prescrever com éditos e obrigar com a espada. Eis o que quero dizer: o poder civil não deve prescrever artigos de fé com a lei civil, quer se trate de dogmas ou de formas de culto divino. Se, com efeito, nenhuma pena lhes for acrescentada, a força das leis esvanece-se; se se prevêem penas, são evidentemente vãs e muito pouco adequadas para persuadir. Se alguém, para a salvação da sua alma, quiser adoptar algum dogma ou culto, é necessário que acredite, do fundo do coração, que este dogma é verdadeiro e que o culto será aceite por Deus e lhe é agradável; mas nenhuma pena, por mínima que seja, pode instilar nas almas uma convicção deste género. Para mudar uma opinião nas almas é necessária uma luz que de nenhum modo o suplício dos corpos pode produzir.

Lisboa, Edições 70, 1976, p. 93

### QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, a incompatibilidade entre religião e coacção.
2. Explique, recorrendo ao texto, os limites da intervenção do magistrado na denúncia dos erros em matéria de religião.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.



## TEXTO

13 – Como a noção individual de cada pessoa encerra de uma vez por todas o que sempre lhe acontecerá, vêm-se nela as provas *a priori* da verdade de cada acontecimento, ou porque aconteceu um de preferência a outro; mas, estas verdades, embora seguras, não deixam de ser contingentes, visto que se baseiam no livre arbítrio de Deus, ou das criaturas, cuja escolha tem sempre as suas razões, que inclinam sem obrigar.

Mas, antes de ir mais longe, é preciso procurar salvar uma grande dificuldade que pode nascer dos fundamentos que acima lançámos. Dissemos que a noção de uma substância individual encerra, de uma vez por todas, tudo o que sempre lhe pode acontecer e que, ao considerar esta noção, se pode ver aí tudo o que dela verdadeiramente se poderá enunciar, tal como podemos ver na natureza do círculo todas as propriedades que dele se podem deduzir. Mas, parece que com isso se destruirá a diferença entre verdades contingentes e necessárias; que não haverá mais lugar para a liberdade humana, e que uma fatalidade absoluta reinará em todas as nossas acções bem como em todo o resto dos acontecimentos do mundo. A isto respondo que importa fazer distinção entre o que é certo e o que é necessário: todos estão de acordo que os futuros contingentes são seguros, já que Deus os prevê, mas nem por isso se reconhece que sejam necessários. Mas (dir-se-á), se alguma conclusão se pode deduzir infalivelmente de uma definição ou noção, ela será necessária. E nós sustentamos que tudo o que tem de acontecer a alguém está já compreendido virtualmente na sua natureza ou noção, como as propriedades o estão na definição do círculo; assim, a dificuldade subsiste ainda. Para a resolver solidamente, digo que a conexão ou consecução é de duas espécies: uma é absolutamente necessária, pelo que o seu contrário implica contradição, e esta dedução faz-se nas verdades eternas como as da geometria; a outra é apenas necessária *ex hypothesi* e, por assim dizer, acidentalmente, e é contingente em si mesma, quando o contrário nada implica. E esta conexão funda-se, não nas ideias puras e no simples entendimento de Deus, mas também nos seus decretos livres e na continuidade do universo.

Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 32-34

## QUESTÕES

1. Explícite o sentido da seguinte afirmação do texto: «a noção de uma substância individual encerra, de uma vez por todas, tudo o que sempre lhe pode acontecer».
2. Explique como é possível conciliar o pré-conhecimento divino e a liberdade humana.
3. Esclareça a relevância do extracto no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/9

**TEXTO**

Na realidade, é absolutamente impossível encontrar na experiência com perfeita certeza um único caso em que a máxima de uma acção, de resto conforme ao dever, se tenha baseado puramente em motivos morais e na representação do dever. Acontece por vezes na verdade que, apesar do mais agudo exame de consciência, não possamos encontrar nada, fora do motivo moral do dever, que pudesse ser suficientemente forte para nos impelir a tal ou a tal boa acção ou a tal grande sacrifício. Mas daqui não se pode concluir com segurança que não tenha sido um impulso secreto do amor-próprio, oculto sob a simples capa daquela ideia, a verdadeira causa determinante da vontade. Gostamos de lisonjear-nos então com um móbil mais nobre que falsamente nos arrogamos; mas em realidade, mesmo pelo exame mais esforçado, nunca podemos penetrar completamente até aos móveis secretos dos nossos actos, porque, quando se fala de valor moral, não é das acções visíveis que se trata, mas dos seus princípios íntimos que se não vêem.

Não se pode prestar serviço mais precioso àqueles que se riem de toda a moralidade como de uma simples quimera da imaginação humana exaltada pela presunção, do que conceder-lhes que os conceitos do dever (exactamente como por preguiça nos convencemos que acontece também com todos os outros conceitos) têm de ser tirados somente da experiência; porque assim lhes preparamos um triunfo certo. (...) Não é preciso ser-se mesmo um inimigo da virtude, basta ser-se apenas um observador de sangue-frio que não tome imediatamente o mais ardente desejo do bem pela sua realidade, para em certos momentos (principalmente com o avançar dos anos e com um juízo apurado em parte pela experiência, em parte aguçado para a observação) nos surpreendermos a duvidar se na verdade se poderá encontrar no mundo qualquer verdadeira virtude. E então nada nos pode salvar da completa queda das nossas ideias de dever, para conservarmos na alma o respeito fundado pela lei, a não ser a clara convicção de que, mesmo que nunca tenha havido acções que tivessem jorrado de tais fontes puras, a questão não é agora de saber se isto ou aquilo acontece, mas sim que a razão por si mesma e independentemente de todos os fenómenos ordena o que deve acontecer (...).

BA 26-28, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 40-41

**QUESTÕES**

1. Explícite a tese fundamental do excerto.
2. Explique, recorrendo ao texto, qual a origem do conceito de dever.
3. Esclareça a relevância do extracto no contexto da respectiva obra.

## GRUPO II

- Selecione **apenas uma** das obras que lhe são propostas e desenvolva o tema anexo.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Na sua resposta deverá utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

OBRAS	TEMAS
DA NATUREZA, Parmênides .....	Pensar e ser
GÓRGIAS, Platão .....	Retórica e filosofia
FÉDON, Platão .....	Os argumentos da imortalidade da alma
CATEGORIAS, Aristóteles.....	As propriedades da substância
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel	A filosofia e o concreto
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental.....	Limites do positivismo
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche.....	Espírito apolíneo e espírito dionisiaco
DA CERTEZA, L. Wittgenstein .....	Imagem do mundo e experiência
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty .....	Filosofia e religião
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell .....	Aparência e realidade
A PROBLEMÁTICA DA SAUDADE, Joaquim de Carvalho..	Fenomenologia da consciência saudosa
DA ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger.....	Crítica do conceito vulgar de verdade
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur .....	Hermenêutica e ontologia

**FIM**

**V.S.F.F.**

114/11

## COTAÇÕES

### GRUPO I

1. e 2. .... (2 × 25 pontos)..... 50 pontos

3. .... (1 × 70 pontos)..... 70 pontos

### GRUPO II

..... (1 × 80 pontos)..... 80 pontos

**TOTAL** ..... 200 pontos